

A reprodução do espaço urbano de Manaus e sua conexão com o rio Negro. Amazonas/Brasil ¹

Profª. MSc. Luiza Angélica Oliveira Guglielmini

Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 - Coroado
Departamento de Geografia
CEP: 69.077-000 Manaus-Am
luiza.angelica@bol.com.br

Resumo: Este estudo buscou compreender o rio e a cidade na Amazônia partindo da ocupação da área oeste de Manaus, banhada pelo rio Negro, no perímetro da foz do igarapé do São Raimundo até a foz do rio Tarumã, alicerçada na perspectiva Lefebviana. Realizado em 2003/2004 desvenda a ocupação da terra urbana, segundo o contexto histórico espacial e a importância do rio na construção da cidade. Ao término notou-se que a população tem o acesso ao rio limitado à praia da Ponta Negra, e aos bairros da Compensa e São Raimundo, perdendo a circulação nas áreas apropriadas para uso restrito de hotéis, estaleiros, portos privados e condomínios fechados. Importa enquanto possível análise da produção do urbano na Amazônia, reflexão sobre a ocupação e características paisagísticas da cidade em meio à selva margeada por dois grandes rios, pressupondo compreender o papel da sociedade e da natureza na construção do espaço urbano.

Palavras-chaves : espaço-urbano; Manaus (cidade); beira-rio; diferenciações; usos.

Abstract: This research focused to concern the relationship between the Amazon city and river, beginning at west side at Manaus, surrounded by Negro river, throughout the perimeter of the mouth of São Raimundo narrow river to the mouth Tarumã river, builder at Lefebveran perspective. Made on 2003/2004, shows the occupation of urban land, following historic special context and the means of the river on the city building. On the end of research, realised that the river access is possible only at Ponta Negra Beach, Compensa and São Raimundo neighborhood, losing areas dedicated for Hotels, private ports, shipyards and private condominiums. The accomplishment of studies matters, as long the analysis of urban production in the Amazon, and the thought concerning the occupation and landscape features of city which is in the middle of jungle and bordered by two great rivers are possible, estimating the understanding of society and the nature roles in the building of the urban space

Keywords: urban space; Manaus (city); edge-river; differentiations; usage.

1 Artigo desenvolvido a partir da Dissertação intitulada "Manaus à beira-rio: a produção e reprodução do espaço urbano" defendida no Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG/CASA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) orientada pelo Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira.

1 Manaus: localização geográfica

Localizada aos 3° de latitude sul e 60° de longitude oeste. Manaus para Ab'Saber (1953:18/20-22), é a verdadeira capital da hinterlândia amazônica, por se encontrar exatamente no meio da Amazônia Ocidental e Oriental, na confluência entre o rio Negro e o rio Solimões, sendo rigorosamente uma cidade de confluência assentada sobre um sistema de colinas tabuliformes², com a fachada ribeirinha marcada por um alinhamento de falésias fluviais de 20 a 50m de altura, com reverso suave ou aplainado para o interior e com uma ruptura de declive brusca e direta em relação à estreita faixa de praias arenosas que surgem estiagem de julho a dezembro, com 10 a 20 metros de largura na base da barreira do rio Negro, muito embora sejam interrompidos por trechos rochosos, totalmente inundáveis durante as cheias, sendo estes os elementos topográficos que saltam aos olhos no sítio urbano de Manaus.

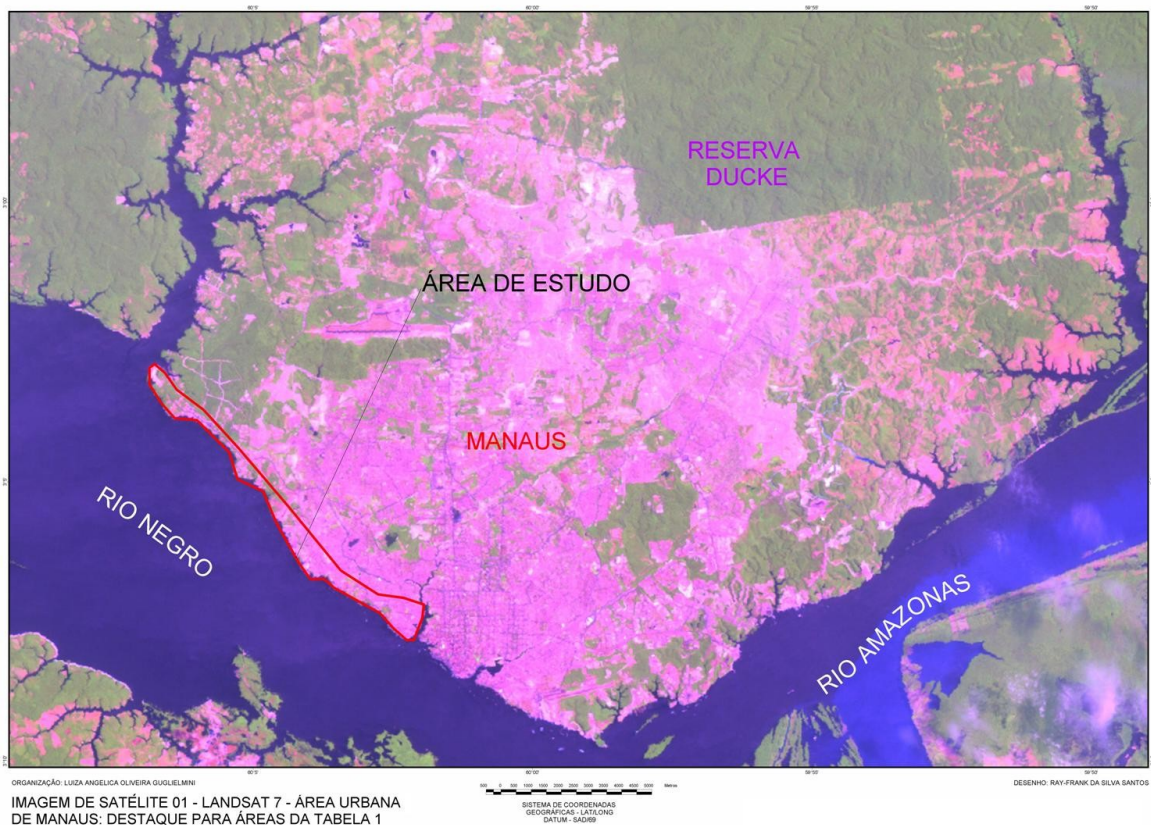


Imagem de Satélite 01: Manaus e a localização da área de estudo.

Fonte: Landsat 7 Georeferenciada - Cena 231/062 / SIPAM - 30/08/2002.

Podemos analisar geograficamente a cidade por diversos modos, consistindo neste trabalho os usos diferenciados da terra urbana, ressaltando-se o seu duplo papel de suporte físico e o de expressar os diferentes requisitos locais característicos de cada atividade, conforme a posse e o controle de seu uso (Corrêa, 2002). Para tanto, faz-se necessário verificar a complexa ação dos agentes sociais que a partir da dinâmica de acumulação do capital fragmentam e marcam as formas espaciais, tornando o entorno vivido estranho dentro da ordem funcionalista, pois o lugar se torna uma vigorosa sede de alienação, já que se defronta com algo que não se ajudou a criar, cuja memória e história desconhecem (Santos, 1987).

Todos os rios amazônicos têm suas vazões relacionadas com os índices pluviométricos anuais da região. O rio Negro em Manaus, de acordo com Sternberg (1998) tem influência da variação sofrida pelo

2 Segundo este autor, estas pertencem a uma vasta seção de um tabuleiro de sedimentos do Terciário, estando o seu sítio em um baixo planalto, colocado de 20 a 30 metros acima do nível médio do rio Negro (32 m de altitude na região), formadas pela erosão do Grupo Barreiras, com topos amplos, planos em nível entre 40 e 64 metros, apresentando, em geral, suaves ondulações, que podem por vezes possuir vertentes fortemente erodidas pelas enxurradas.

Solimões-Amazonas, e esta oscilação anual assume uma feição importante na ocupação humana da região. Em geral, as águas vão subindo lentamente, levando cerca de oito meses para atingir seu ápice em junho, e vazam em apenas quatro, sendo a regressão feita de forma muito mais rápida³. Estas áreas são ocupadas por moradias de baixa renda, e isto antes de ser um processo natural do homem amazônico e sua identidade com a água (o rio), é antes uma questão de necessidade, sendo ignorados pelos governantes.

Como atualmente os lugares assumem a vontade de dominação e da regulação econômica do mercado, tudo é negociável em nome do capital, e disto resulta a modificação e até a perda dos usos na cidade em favor dos que detêm maior poder aquisitivo. Logo, as cidades passam a ser geridas e consumidas como mercadorias, aprofundando a contradição existente entre o valor de uso que o lugar representa para seus habitantes e o valor de troca com que se apresenta para os interessados em extrair seus benefícios econômicos, e este conflito vai determinando a forma da cidade, que vão crescendo a todo custo, sob a ótica do consumismo e da cultura dos lugares, gerando um fosso entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

2 Área de estudo e procedimentos metodológicos

Atendendo ao polígono -3°07'54" a -3°07'44" e 60°02'04" a -60°06'49", calculado a partir da carta topográfica Folha SA.20-Z-D-III-2 com escala de 1: 50.000 do Projeto Radar da Amazônia (RADAMBRASIL), compreendendo a porção oeste de Manaus no perímetro da foz do igarapé de São Raimundo até a foz do rio Tatumã, no exato contato entre a cidade e o rio, perfazendo os bairros São Raimundo, Compensa, Santo Agostinho e Ponta Negra.

A linha norteadora deste estudo foi a definida por Lefebvre (2001) por *transdução*, a qual se trabalha simultaneamente a teoria e a prática. Para aperfeiçoar a pesquisa foram definidos quatro setores quanto às formas de uso, bem como sua caracterização populacional, habitacional e socioeconômico a partir de formulários semi-abertos, buscando saber também de que forma o rio é percebido e seu possível significado para seus agentes. Ao todo foram aplicados 120 formulários, com um número fixo em cada setor de acordo com o número de domicílios. Desta forma, no setor da Ponta Negra 50 formulários, sendo 20 na área de praia num feriado, mais 20 num domingo (dias de muita frequência), mais 10 entre os prédios (residências de alto padrão), no setor seguinte (residências populares) foram aplicados 70 formulários de acordo com a área de ocupação em relação ao rio, preferindo-se as que são vistas a partir do rio, sendo 10 no Santo Agostinho, 20 na Compensa e 40 no São Raimundo, no setor das unidades portuárias foram realizadas duas entrevistas livres nos estaleiros que possibilitaram a entrada e o setor institucional (militar) que não foi possível ver in loco. O universo da amostra foi definido a partir da *amostra estratificada* de Berry e Backer (s/d), buscando-se pensar o espaço urbano a partir do ano de criação da Zona Franca de Manaus (1967), recorrendo a historicidade dos bairros já citados.

A área de estudo foi localizada e organizada a partir das imagens de satélite Landsat 7 cena 231/062 de 30/082002 bandas 3,4 e 5 no formato IMG e o mosaico de imagens QuickBird Oeste de Manaus (2003) cedidos respectivamente pelo SIPAM/CPRM, bem como a carta digital planialtimétrica de Manaus (abril/2001, cd-rom) da Prefeitura Municipal através da SEMEF na escala de 1:10.000 para georeferenciar as imagens.

3 Resgate tempo - espacial dos bairros

Após um longo período de estagnação econômica, Manaus buscava a partir de 1960, uma política desenvolvimentista que contasse com o auxílio de incentivos fiscais, financeiros e jurídicos, aliados ao interesse do Centro-Sul do país em consolidar o padrão de acumulação do capital. Essas novas "fronteiras" demandaram transformações relacionadas com a rede urbana na Amazônia, rompendo com o padrão dendrítico através das mudanças na esfera produtiva (Corrêa, 1987) sendo encabeçadas pelo Estado, este também seria o responsável para dotá-la de infra-estrutura, o que de acordo com Nogueira (2000) provocou uma grande distorção territorial, concentrando atividades econômicas em Manaus (macrocefalia) ao invés de irradiar o progresso para o interior.

Também nesta ocasião, o transporte fluvial foi dinamizado, já que o modelo ZFM produziria produtos que

3 Ver análise minuciosa feita por Hilgard O'Sternberg (1998) para os cursos d'água amazônicos, considerando a escala fluviométrica existente no Porto de Manaus.

deveriam escoar para o Centro-Sul do país, as empresas transportadoras que migraram para a região, paulatinamente tiveram de incorporar os serviços de armadores fluviais alternativos junto ao rodoviário, isto significava diminuir o percurso entre Manaus, Belém e Porto Velho e o tempo de rotação do capital investido, surgindo a integração *rodofluvial*, que em última instância representou uma corrida para aquisição de parcelas da beira-rio de Manaus para construção de portos particulares, ocasionando uma divisão por parte das empresas de navegação que passaram a atuar na região (Nogueira, 1999).

Em virtude de suas contradições, as cidades capitalistas transformam a parceria feita pelo Estado com os agentes fundiários e imobiliários em transgressão do que se têm como “legal”, inclusive áreas de proteção previstas na legislação municipal. Isto é o que está contribuindo para a maciça verticalização de parte do bairro da Ponta Negra e da sua utilização por residências de luxo, promovendo um novo padrão de moradia para a população de maior poder aquisitivo. Neste bairro encontra-se um Hotel 5 estrelas, a área de praia e os condomínios de luxo, verticais e horizontais, seguido de área pertencente ao Exército, que abriga um fragmento florestal e algumas instituições militares. Esses quartéis de acordo com Oliveira (2002) ao mesmo tempo em que “preservaram áreas” para o Estado, dificultando a implantação de núcleos habitacionais, ocasionaram a extensão das redes de serviços e o arruamento das vias, garantindo a ocupação de entorno.

O bairro seguinte de Santo Agostinho é marcado por sua horizontalidade quanto a beira-rio, grande parcela da área é de propriedade de um estaleiro, e para o levantamento desta pesquisa participaram as residências que ficam na rua de frente para o estaleiro, que indiretamente possuem a vista do rio.

Na Compensa ocorre a continuação dos estaleiros, empresas transportadoras e da responsável pela concessão e distribuição de água da cidade. Pela atual configuração da cidade, este bairro em sua beira-rio está dividido entre a Comunidade Meu Bem Meu Mal, sendo que os moradores desta última a identificam como Comunidade Ponta do Ismael, que ainda está dividida pela propriedade particular do Sr. Geraldo Sales, responsável pelo corte no platô e aplainamento da área que lhe pertence para ligar a rua principal com o seu porto, criando uma parede de contenção junto à propriedade seguinte, mas que está ocasionando rachaduras nas casas e preocupação nos residentes. Também aqui temos a Vila Marinho, uma espécie de periferia da Compensa III, localizada por trás dessas casas, se encontra mais consolidada possuindo Associação de Moradores. Nesta localidade também estão áreas do Exército, bem ao lado da empresa concessionária de água.

O bairro de São Raimundo é um dos mais antigos da cidade, 1940, apresenta a ligação com o rio Negro ao sul e a leste com o igarapé de São Raimundo, ainda mantendo o vínculo ribeirinho se destaca por suas palafitas, apesar de não ter o uso exclusivamente residencial. Abriga também um estaleiro artesanal de mesmo nome, um comércio incipiente e o Sistema de Navegação de Portos e Hidrovias (SNPH), este é mais conhecido como “porto das balsas”, responsável pela travessia do rio Negro para municípios próximos.

A forma como se deu a ocupação da beira-rio de Manaus ao longo de sua expansão urbana, fez desaparecer sua paisagem original e costumes regionais, sendo mesmo uma faixa descontínua de portos, pois além do principal (Rodway) privatizado, existem mais outros 57 identificados pela Receita Federal⁴.

Pode-se sustentar que parte da área de estudo terminou por se transformar em “fundo de quintal” para alguns, que definiram a sua forma em função de suas necessidades e de seus interesses específicos, caso das populações residentes nas palafitas, isto gerou um “distanciamento” entre a cidade e o rio, já que nestas localidades, está a dimensão do caboclo ribeirinho⁵, sendo o rio o espaço do lúdico, de uso coletivo com toda a carga simbólica que contém o imaginário popular. Ao passo que para outros, em especial o que se refere aos edifícios da Ponta Negra e a beira-rio que é de domínio dos estaleiros e transportadoras, balsas, encontra-se a dimensão que articula o lugar com o global, sendo o rio uma “aproximação” com negócios, renomeada para orla fluvial, eivada de novos significados, a beira-rio vai se construindo enquanto mercadoria, passando o lugar a ter outra dimensão, que não é mais a da população local, é somente a do lugar, demonstrando que a gestão do uso do solo desta área, quer seja pelo Estado ou por outros agentes, sempre esteve vinculada a fins econômicos e particulares, segregando e privando a população manauara de costumes que caracterizam suas raízes ribeirinhas e a produção sócio-cultural de grande valor simbólico.

O modo de viver nestas localidades apesar de intenso e degradado, ocorrendo objetos materiais e valores

4 De acordo com matéria no jornal A Crítica de 09/05/2003.

5 “Na Amazônia o termo caboclo ribeirinho serve para designar o mestiço, fruto da miscigenação do índio com o branco” (Masulo, M. *Caboclos ribeirinhos: camponeses da Amazônia*. Mimeo: São Paulo, 1988).

que compõem os lazeres do urbano, inclui os costumes que em alguns casos terminam se constituindo em ilhotas do rural no urbano, ou seja, modos de vida diferenciados que por suas características indicam uma ruralidade pura dentro da cidade (Lefebvre, 2001). É onde enquadramos as palafitas do São Raimundo, e da Compensa, que independente de estarem na então “metrópole do norte”, possuem um modo de vida ribeirinho, por isso se tornam ribeirinhos urbanos, com usos residencial, comercial, institucional, de lazer, que algumas vezes aparecem de forma simultânea e/ou isoladamente.

É por isso que Carlos (2001) relata que o espaço vai sendo não só o espaço social, com valores de uso principalmente os que estão centrados na natureza (da terra) e que não necessariamente se relacionam aos interesses econômicos, mas também enquanto mercadoria, se tomando espaço de consumo, os chamados simulacros, que para Certeau (2002) mais parecem uma colagem na superfície. É o que vem ocorrendo na Ponta Negra e sua verticalização, o rio se torna o principal atrativo para os negócios na área, com a especulação imobiliária utilizando o slogan de “Barra Amazonense”.

Lynch (1997) salienta que a cidade atualmente é um símbolo poderoso e a complexidade da sociedade é cada vez mais exacerbada, nos obrigando a refletir acerca dos valores de uso que paulatinamente são corroídos pelos de troca. É o que se verifica quando os costumes tradicionais são dilacerados pela ordem distante, que vai “homogeneizando” os espaços, tornando inclusive os bens da natureza explorados pelo mercado, perdendo o sentido da coletividade, do plano vivido, imprimindo espacialmente a inquietação, levando o indivíduo perder sua identidade, ao “estranhamento” na metrópole, já que esta não mais é produto da história humana e sim dos desejos transitórios impostos pela contemporaneidade (Carlos, 2001).

A situação descrita vem ocorrer quando na Ponta Negra, parte da faixa de praia foi retirada da população pelo Hotel 5 estrelas, falseando o “banho de rio” com uma piscina, que tem o intuito de permitir para quem esteja nela, a sensação de estar nas águas do rio, num processo de “estranhamento” que termina se revelando como reconhecimento, ao ir paulatinamente modificando o significado e o próprio símbolo que o rio possui no imaginário regional, já que o desenrolar da vida ribeirinha está intrinsecamente relacionado as águas.

Em geral, o termo regional beira-rio passa a ser o lugar dos pobres, das palafitas, da “desordem” imposta pela “ocupação desordenada”, sendo esses lugares classificados de periferia, e a orla fluvial, o espaço planejado pelo poder público, no qual a ordem e a funcionalidade imperam.

Assim, o espaço urbano vai revelando sua teia de interação e inter-relações dos seus agentes que atuam direta ou indiretamente em sua produção e reprodução, e a renda torna-se cada vez mais um requisito indispensável para ocupação do solo urbano, o que em geral repercute numa cidade que não tem lugar para os pobres (Singer, 1979).

Entenda-se a parcela da beira-rio de Manaus que é banhada pelo rio Negro como *terrenos reservados*, por não receberem influência da maré⁶ (Ver Aviso Imperial de 12 de julho de 1831 que é válido até hoje).

Entretanto, trata-se de um bem de domínio público que recebe atribuição de direito público ou domínio privado do Estado, no qual o poder público pode “alugar” o bem ou propriedade para a obtenção do lucro. Ainda assim, deve ter isto um benefício à coletividade, ser verdadeiramente, um bem de uso comum! (art. 225 da Constituição Federal). Mas o que se tem é que tanto o hotel 5 estrelas construiu seu flat delimitando a área de praia através de um muro e outro mais recente que divulga em seu folder de venda a praia exclusiva dos proprietários!

Desta forma, o processo de ocupação deveria obedecer a leis definidas pelas instâncias federal e estadual, mas a gestão desses espaços é passada à instância municipal, implicando na ausência de controle do uso do solo dessas áreas, deixando-as sem apropriações mais justas, democráticas, racionais e ambientalmente sustentáveis, conforme a “justiça ambiental” propagada por Lynch (2001).

⁶ A expressão “fora do alcance das marés” é importante para distinguir os terrenos reservados dos terrenos de marinha banhados pelo mar ou por rios navegáveis (artigo 13 do Código das Águas). Os que são banhados por correntes navegáveis fora do alcance das marés, são os terrenos reservados, conforme art. 14 do Código das Águas (Decreto 23.643/1934). De acordo com cabedal jurídico, a área de estudo pertence ao domínio da União, e sua utilização inclusive para edificações, deve estar subordinada a autorização federal.

4 Resultados obtidos

Através dos formulários buscava-se a reflexão através das perguntas abertas a respeito do que era mais interessante no local e o significado do rio para as pessoas que ali estão. A partir dos setores definidos encontrou-se no setor Santo Agostinho, Compensa e São Raimundo que a reação dos moradores em relação ao rio Negro é sempre de alegria e orgulho, mesmo quando não possuem o contato direto com o rio, por conta dos estaleiros e transportadoras, como no Santo Agostinho, sendo pesquisadas as primeiras casas localizadas na rua posterior a beira-rio. Neste bairro o significado do rio recorrente é o de lazer e diversão (50,0%), seja devido ao banho de rio ou das brincadeiras na praia na vazante, pela lembrança da vida interiorana (10,0%), por ter paz, tranquilidade ao olhar a paisagem (20,0%), bem como ser o rio essencial para a sobrevivência caso dos pescadores que tem o rio como trabalho fonte de renda (10,0%), e até os que necessitam como subsistência e consumo (10,0%).

Na Compensa, o significado predominante é o de remuneração, fonte de renda (30,0%), ainda existem catraieiros ou pescadores que ainda ganham o sustento através do rio e abastecem suas casas na falta d'água. Para outros ele aparece como beleza, um bem de Deus, apesar do mau cheiro (5,0%). A paisagem natural para contemplação, tranquilidade, paz de espírito e passatempo gratuito (15,0%). Alguns disseram que essa parte da cidade deixa de ser bonita por conta do lixo e o descaso por parte dos estaleiros (10,0%), pois há resquícios de óleo diesel e ferro retorcido e o avanço das balsas para além das bóias que delimitam o espaço fluvial, impossibilitando a utilização do rio como diversão gratuita. Para outros o rio adquire conotação de memória, pelas lembranças do interior (5,0%). Também há os que têm medo da água por ser escura (5,0%), e ainda os que não possuem nenhuma relação com o rio, para os quais ele é irrelevante.

No São Raimundo, a natureza prevalece como principal aspecto do lugar, por sua beleza ou em relação à fonte de vida que ele é (42,5%). Enquanto tranquilidade para reflexão, esperança e alegria (15,0%), e este perceber o rio é mais freqüente para este bairro, apesar de que aqui também encontramos aqueles que não vêem significado algum (7,5%). Sobre a privatização da beira-rio por parte dos estaleiros há clara referência (2,5%) por não haver fiscalização do poder público. Foi verificado que o fato deste representar um importante elemento cultural (2,5%), ainda que para alguns não passe de um lugar sujo e poluído (15,0%), também aqui ocorreram os que disseram ter medo do rio (7,5%) por suas águas negras e por alagar as casas nas cheias. Finalmente têm-se os que utilizam o rio como fonte de trabalho e sobrevivência (5,0%) como os pescadores e os carregadores, bem como os que também apontaram que utilizam água que buscam no meio do rio para o consumo, pois sabem que na beira, a água e o pescado têm gosto de óleo diesel.

Inicialmente as terras do bairro da Ponta Negra pertenciam à família Loureiro, mas no final da década de 60 com intuito de atrair investimentos para a área e evitar a perda para as ocupações, houve a venda de lotes para o Hotel 5 estrelas, condomínios e a doação da área de praia para a Prefeitura Municipal de Manaus, onde atualmente encontra-se o Complexo Turístico, segundo relato oral do Sr. Thales Menezes Loureiro. Neste setor os foram aplicados entre os que freqüentam a praia e os moradores dos edifícios, já que não houve acesso aos condomínios horizontais. Tanto para os usuários quanto para os moradores, o rio aparece como o principal motivo para estarem lá (40,0%), seguido da paisagem (30,0%), sendo que o entendimento desta é sempre em relação a natureza, para ambos. Os que disseram ser a praia (14,0%) fez-se relevância que somente freqüentam na época da vazante do rio, pois na cheia o ambiente dos bares não é agradável.

Quanto ao significado do rio, o predominante foi o de paz, equilíbrio (38,0%), que conforme as explicações dos entrevistados seria ver, sentir, ouvir o barulho das águas enquanto tranquilizante para o stress urbano, isto para os usuários e moradores, seguido de beleza e vida (22,0%), o que segundo eles implica no que ela pode nos beneficiar em subsistência para as pessoas. Também ocorreram as que migraram de São Paulo ou do interior do Amazonas e o lugar lembra o seu (6,0%) por terem vivido sempre próximo do rio, ainda que seja o Tietê. E para dar ênfase ao que Villaça (2001) relata sobre a assimilação do novo símbolo para a cidade, o "dos ricos", houve quem se referisse à Ponta Negra como o símbolo maior da cidade de Manaus (6,0%). O medo e a impressão de infinito (2,0%) também surge em relação a cor das águas. Também o lazer/diversão ocorre em relação ao regional "banho de rio" (14,0%), bem como os que se orgulharam do fato da área ter sido "preservada" (12,0%).

No setor das unidades portuárias, conforme as duas entrevistas livres realizadas em dois estaleiros e a observação de campo, o rio significa trabalho e sobrevivência, no sentido de negócio, e esta deve ser a visão de todos os empresários que se encontram na beira-rio, dificilmente ele terá outra conotação, ainda que a maioria tenha se negado a prestar depoimentos.

No setor institucional (área militar), ressaltam a importância da localidade por uma questão de “segurança nacional”, o que é amparado pelo artigo 91§1ºinciso III da Constituição, que dá ao Conselho de Defesa Nacional a competência para “propor critérios e condições de utilizar áreas indispensáveis a segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, em especial nas faixas de fronteira e nas relacionadas com a preservação e exploração dos recursos naturais de qualquer tipo” e supõe-se ser esse o real motivo e grande parte da beira-rio estar sob o domínio do Exército, já que há exploração e beneficiamento do recurso hídrico e geomorfológico da área.

5 Considerações Finais

Assim, de acordo com os dados obtidos, o rio termina sendo relevante para todos os agentes sociais, seja por contemplação, trabalho, subsistência e até segurança. Mas em geral, constata-se que a população tem seu acesso limitado ao rio Negro somente através da praia da Ponta Negra, no restante da área, ele só se torna possível nas marinas existentes, área das palafitas e no próprio porto de São Raimundo. Nas outras localidades, o acesso é restrito e em alguns casos proibido, por ser de uso exclusivo de hotéis, estaleiros, grandes empresas de navegação, portos privados, condomínios fechados, e o próprio Estado na figura dos militares.

No que concerne a “orla” como lugar dos ricos ou a “beira” como lugar dos pobres, vem ocorrendo a transgressão jurídica com a apropriação dessas áreas como propriedade particular. Por isso, é que sendo o rio um componente relevante na estruturação das cidades na Amazônia, podendo aparecer inclusive no imaginário da população, enquanto dimensão do lugar se perde a possibilidade do construto de uma cidade com características do local. E mesmo que a legislação urbanística tenha um tratamento para a beira-rio, não existe de fato um controle das atividades que se localizam ao longo da área estudada, ainda que prioridade na legislação municipal, persiste sem o devido tratamento, e o povo continua sem usufruir deste bem comum.

6 Referências

Ab’Saber, A. N. A cidade de Manaus: primeiros estudos. In: *Boletim Paulista de Geografia n.15*. Associação dos Geógrafos Brasileiros: São Paulo: Outubro de 1953, 18-45.

Brasil. *Constituição Federal: Coletânea de Legislação Administrativa*. Odete Medauar e Maurício Antônio Ribeiro Lopes. Ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2001 (mini-códigos).

Berry, B. J. L. & Backer, A. M. Amostragem Geográfica. In: *Análise Espacial*. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Instituto Panamericano de Geografia e História. Rio de Janeiro. Comissão de Geografia (Série: Textos Básicos 3).

Carlos, A. F. A. *Espaço e Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. Contexto: São Paulo: 2001.

Certeau, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 7ª ed.: Vozes: Petrópolis, R.J. 2002.

Corrêa, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE, Rio de Janeiro, 49 (3), p.39-67,1987.

_____. *O espaço urbano: notas teóricas e metodológicas*. In: *Trajetórias Geográficas*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1997: 145-152.

_____. *O espaço urbano*. 4. ed. Ática: São Paulo: 2002 (Série Princípios).

IMPLAN - Instituto Municipal de Planejamento Urbano e Informática / PMM – Prefeitura Municipal de Manaus. *Atualização da Lei nº. 1214/1975 Plano de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI*. Manaus: 1996.

Lefebvre, H. *O direito à cidade*. Editora Moraes: São Paulo, 2001.

Lynch, K. *A imagem da cidade*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. Martins Fontes: São Paulo, 1997.

Lynch, B. D. Instituições internacionais para a proteção ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas. In: ACSELRAD, Henri (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. DP&A: Rio de Janeiro:, 2001, 57-82.

Oliveira, J. P. V. de. *Manaus: Plano Diretor e Expansão Urbana*. 2002, 130f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Curso de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Patricia, T. *Guerra contra o contrabando*. A Crítica, 09/05/2003. Caderno Economia, A13.

Projeto RADAMBRASIL: Levantamento de Recursos Naturais. *Folha S.A. 20-Z-D-III-2 Manaus volume 18: escala 1:50.000*. IBGE: Rio de Janeiro, 2003, edição fac-símile / cd-rom.

Nogueira, R. J. B. *Amazonas: um Estado Ribeirinho*. Editora da Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 1999.

_____. Amazônia e questão regional: um regionalismo sufocado. In: *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós Graduação em Natureza e Cultura na Amazônia. Editora da Universidade Federal do Amazonas: Manaus, V.1, nº 1, 2000, 109-119.

Santos, M. *O espaço do cidadão*. Nobel: São Paulo, 1987. (Coleção Espaços).

Singer, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. Ermínia Maricato (Org). Editora Alfa-Omega: São Paulo: 1979, 21-36 (Coleção Urbanismo).

Sternberg, H. O'R. *A água e o homem na várzea do Careiro*. 2.ed. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 1998.

Villaça, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2.ed. Studio Nobel: São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo: Lincoln Institute, 2001.